



Fala Egbé

Informativo dirigido às Comunidades de Terreiros de Candomblé • nº 28 • ano XI • Novembro de 2013

O BRASIL PODE SER MELHOR PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES!



Eduardo Machado

Terminamos o novembro negro no Brasil com um balanço de um ano de lutas e conquistas da população negra e das comunidades e povos tradicionais.

Infelizmente, as comunidades quilombolas continuam com seus direitos violados sem o mínimo de respeito às consultas prévias e informadas, previstas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, apesar de audiências públicas e mobilizações em todo o País. No mundo das religiões de matriz africana, os Povos Tradicionais de Terreiros mal conhece o direito às consultas. Por viverem, em sua maioria, nas periferias das grandes cidades ou no interior dos estados, os Terreiros são testemunhas do genocídio diário de jovens negros e negras, mortes que são efeitos brutais da desigualdade contínua de nossa sociedade.

KOINONIA em diálogo com as comunidades e grupos com quem tem parceria há anos vem buscando fazer alguma diferença em favor da superação de gritantes iniquidades

sociais. Trabalhamos com juventudes apoiando suas mobilizações em três cidades do nordeste, Delmiro Gouveia, Paulo Afonso e Salvador; atuamos com os Terreiros de Candomblé pela garantia de seus direitos e contra todas as formas de intolerância. Sabemos também que há muitas iniciativas dos Terreiros,

que atuam nos bairros onde vivem, no mínimo, recebendo e acolhendo pessoas carentes de auxílio de todos os tipos. Quando podem, esses terreiros também desenvolvem projetos de atendimento social com mulheres, crianças e adolescentes, de saúde e de preservação da cultura que tanto prezam.

Para seguir com essas frentes de trabalho é preciso reconhecer que o Estado (governos executivos, legislativos e judiciários) deve ser totalmente independente e isento, não tomando partido de ninguém, prestando serviço e garantindo direitos a todas e todos. O Estado não pode nem ser ateu, nem ser religioso, não pode ter cor, nem sexo, nem preferências por qualquer causa. Só assim está cumprindo a Constituição do País. Essas são obrigações do Estado, que deve também procurar acabar com as desigualdades e promover a paz. A condição de Estado Laico é um instrumento de equilíbrio na sociedade. Por outro lado, sabemos que no Brasil nunca tivemos um Estado Laico, pois

sempre uns tiveram mais direitos garantidos do que outros: brancos do que negros; religiões cristãs do que de matriz africana... Encerramos nosso ano com mais um desafio. KOINONIA aceitou compor o “Movimento Paz e Proteção” que reúne diferentes tradições religiosas pelos direitos de crianças e adolescentes. Com a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) apoiaremos iniciativas de Terreiros e outras expressões de religiões de matriz africana que visem o registro de nascimento de todas as crianças e protejam crianças e adolescente contra a violência. É um Movimento que depende de todos e todas e que não se trata de financiamento. O desejo é aumentar a visibilidade para ações que estão imperceptíveis articular quem está só, contribuir para a vida em plenitude no mundo das periferias, no mundo afro brasileiro e nos interiores descuidados pelos poderes do País. É a Unicef quem nos desafia para essa empreitada, organização conhecida em todo mundo por defender crianças e adolescentes com credibilidade e boa vontade., Ela convida a todos nós - pessoas, grupos, organizações e comunidades religiosas. **KOINONIA já assumiu o compromisso. Você e sua Casa querem assumir também?**

pág. 3

JUVENTUDE

pág. 4

QUILOMBOS

pág. 6

21 DE JANEIRO

Caso Mãe Rosa

KOINONIA acompanha o processo de Mãe Rosa desde o início. Já conseguimos a aprovação do Ministério Público para ingressarmos no processo como Assistência de acusação. Há dois recursos no Tribunal de Justiça para serem julgados, um do réu e o outro em favor da vítima, estamos aguardando o retorno do processo para o Fórum da Ilha de Itaparica para tentarmos aditar a denúncia, afinal não há na denúncia a qualificadora de injúria racial/ódio religioso.

KOINONIA realizou contato com uma jornalista do jornal inglês “The Guardian” com o objetivo de divulgar o caso de ódio religioso ocorrido na Ilha, em breve divulgaremos no Dossiê Intolerância Religiosa.

Em setembro de 2012, o Ogan Marco Aurélio do terreiro Ilê Axé Oya Bagan, marido de Mãe Rosa foi assassinado pelo vizinho.

Assista ao vídeo depoimento de Mãe Rosa no canal do You Tube de KOINONIA: <http://www.youtube.com/user/KOINONIA-15ANOS>

Pelos direitos das crianças e adolescentes

“Paz & Proteção - União e Fé pelos Direitos das Crianças e Adolescentes” é o nome do movimento que será lançado pelo Unicef, KOINONIA

e outras organizações no dia 23, em São Paulo. O movimento busca unir esforços de comunidades religiosas para a redução de desigualdades e construção de ambientes protetores para crianças e adolescentes.

Além de KOINONIA e Unicef, fazem parte do Movimento a Rena-fro (Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde), Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil) e Visão Mundial. A partir dessas parcerias o Movimento busca reunir as comunidades Católica, Evangélica, Sírio Ortodoxa, Plesbiteriana, espíritas e de religiões de matriz africana em ações voltadas para a promoção do registro de nascimento e prevenção da violência e discriminação contra crianças e adolescentes. A ausência do registro impede que as políticas públicas para crianças e adolescentes alcancem todo o público para quais se destina.

KOINONIA e Renafro estão promovendo a articulação das comunidades de religiões de matriz africana com o Movimento. Assim, as comunidades de terreiros que desejam integra-lo devem entrar em contato com KOINONIA para obter mais informações.

Atendimentos:

Nos últimos meses realizamos atendimentos a nove comunidades de terreiro. Entre as demandas estão: elaboração de estatuto e ata de assembléia; utilidade pública; IPTU e acompanhamento em ação penal em um caso de intolerância religiosa.

- Terreiros atendidos:
- Terreiro no bairro de São Caetano
- Terreiro no bairro de Itinga
- Terreiro Viva Deus Bisneto - Arte Brasil Capoeira

Acompanhamento processual ao terreiro Dandalunga, a Mãe Rosa, além de dois casos de Intolerância Religiosa em Juizados Criminais

Estado Laico:

Estado laico é um país ou nação imparcial em assuntos religiosos, não apoia ou discrimina nenhuma religião, defende a liberdade religiosa a todos os seus cidadãos (ãs) e não permite a interferência de correntes religiosas em matérias sociopolíticas e culturais.

O Brasil é oficialmente um Estado laico, pois a Constituição Brasileira e outras legislações garantem a liberdade de crer e não crer a todas e todos, além de proteção e respeito às manifestações religiosas. Por outro lado, porém sabe-se que na prática as Religiões influenciam a política deste país, quando decidem através da bancada religiosa fundamentalista, quando não discutem os direitos das mulheres, da comunidade LGBT se camuflando como defensores da Família.

Para saber mais:

Acesse a publicação “**Religião e Política - uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**” disponível para download gratuito em: <http://br.boell.org/>



O escritório de KOINONIA é na Rua Capelinha do Tororó, nº 1, primeiro andar – Tororó. Salvador (BA) Tel: (71) 3266-3480.

Funcionamos de segunda à sexta. Atendemos assuntos referentes à Juventude segundas, quartas e sextas de 9h à 12h.

Assessoria jurídica: quintas e sextas à tarde.

Para visitas ao escritório ou visitas nas casas ligue e agende.

Acesse www.koinonia.org.br

Conheça o Observatório Quilombola www.koinonia.org.br/oq

Curta a página de KOINONIA no **Facebook**: www.facebook.com/koinoniapes

AÇÕES COM A JUVENTUDE

As atividades com a juventude propostas por KOINONIA desde 2011 vem acontecendo principalmente com o Grupo de capoeira Arte Brasil, em Itapuã, vinculado ao Terreiro Viva Deus Bisneto, que tem realizado atividades de formação, como oficinas de debates, apresentações orientadas e principalmente questionando a realidade local onde estas jovens estão inseridos.

No mês de novembro aconteceu o Pade Ewe, encontro de jovens de terreiro que reuniu aproximadamente 40 jovens que puderam compartilhar suas

pronto e percebermos que podemos fazer parte desta construção.

Nota-se a participação de jovens que ainda não entendem esse caminho, mas que a partir de agora podem começar a mudar sua realidade, onde as primeiras mudanças começam da própria pessoa em encontros como esse que trazem temas que não entenda, mas que posteriormente possa entender o buscar adiante esse entendimento.

É preciso entender a importância e a luta de grupos que buscam desmitificar que o jovem negro e periférico e traficante e que só entende de criminalidade. Falas como a do Tácito que nos

novembro teve um caráter comemorativo e de resgate da história do grupo, através do debate e da exposição que foi montada.

Abaixo temos um pequeno texto de uma das jovens, Priscila, que integram o grupo sobre o dia da Consciência Negra:

Quem julga o 20 de Novembro um feriado besta... Saiba que besta e ridículo é o seu PRECONCEITO!!!

Reclamando do Feriado só porque é de Negro! Vai reclamar dos feriados em homenagem a quem só lutava pelo seu ideal



Eduardo Machado

vivências, participar de mini cursos, e debater sobre políticas públicas para juventude. Este espaço foi mais uma oportunidade de potencializarmos uma rede de jovens de terreiros que dialoguem com a sociedade, apontando suas demandas.

Segue abaixo o depoimento de Iracema Neves, membro do Ilé Axé Torrum Hunan que participou do encontro:

“O que o Encontro nos traz é a possibilidade e os primeiros passos para mudar nossa juventude, começarmos a mudar nossa comunidade, parar de esperar que venha tudo

diz que temos que deixar de pensar que o jovem é o futuro e entendermos que somos o presente. Temos que mudar agora e o primeiro passo é conhecer e entender nossa identidade.

É saber que você tem um nome e uma qualidade, mas em primeiro lugar é descobrir isso em você mesmo. É nosso povo negro da periferia ocupando cargos e, o mais importante, sem repressão e discriminação do nosso próprio povo.”

As atividades de comemoração do mês da consciência negra tiveram continuidade junto ao Grupo de Capoeira arte Brasil. A oficina do dia 15 de

particular, ou o do filhinho revoltado que decidiu tomar conta de uma nação, ou a “Patricinha mimada que assinou um papelzinho por pressão da sociedade que não podia mais esconder os trabalhos dos Negros que tava Lutando criando condições que acabava com escravidão...” Vai me dizer que isso não é suficiente para os Negros se alegrar e refletir sobre seu papel na sociedade.

Pois sim! #VivaZumbi e todos Negros que Fizem e os que seguem fazendo História, ocupando espaços nos governos na sociedade em tudo!

O Mundo é Nosso #ConscienciaNegra

AÇÕES COM QUILOMBOS NA BAHIA

KOINONIA promove ações com quilombolas e demais comunidades negras rurais no baixo sul da Bahia, desde 2007, contribuindo com a apropriação dos direitos destes grupos, em especial com as comunidades quilombolas com o debate sobre políticas públicas e ações de garantia territorial. Nos últimos anos investimos também no fortalecimento das mulheres quilombolas como sujeitos de direito e que desempenham papéis fundamentais para continuidade e manutenção das comunidades.

Assim, durante o ano de 2013 focamos nas atividades da articulação de mulheres do baixo sul, onde junto com diversas organizações e movimentos sociais, tem se buscado empoderar as mulheres.

Das atividades realizadas neste ano, destacamos a feira realizada no mês de novembro, como um marco para as comemorações do novembro negro e também como espaço de debate para o combate da violência contra as mulheres.

A Feira das mulheres:



Natasha Arsênio



No dia 8 de novembro a Praça São Benedito, em Camamu (BA), foi tomada pela Feira Agroecológica das Mulheres do Baixo Sul Contra a Violência, que contou com a presença de 26 comunidades e entidades da região. A Feira Agroecológica das Mulheres do Baixo Sul Contra a Violência, em Camamu, na Bahia. O evento buscou conscientizar a população local sobre a violência

contra a mulher, dando visibilidade a situação vivenciada pelas mulheres, seus desejos e lutas.

Segundo Ana Gualberto, assessora de KOINONIA, nos últimos anos, a Articulação de Mulheres do Baixo Sul, formada por mulheres de diversos

movimentos sociais, organizações e sindicatos tem realizado atividades, além de participar de vários eventos, sempre discutindo temas que ainda geram exclusão e violência e lutando por melhores condições de vida para todas as mulheres e famílias da região.

O encontro promoveu a discussão sobre a violência contra mulher e abriu espaço para que o

trabalho realizado pelas trabalhadoras rurais da região pudesse ser reconhecido e valorizado por meio da venda dos mais variados produtos.



Ao mesmo tempo o espaço da feira foi também um lugar de diálogo no qual os participantes dividiram ideias, informações e experiências.

Em 2014, KOINONIA manterá o trabalho com as mulheres por meio de um novo projeto que promoverá, entre outros temas, a autonomia econômica das mulheres.

NORDESTINIDADES JUVENIS NO MEIO DO CAMINHO: ATÉ ONDE CHEGAMOS...

**Jorge Atilio Silva Iulianelli*

Quando iniciamos o processo de discutir os direitos da juventude em conexão com os desafios da justiça socioambiental, sabíamos que teríamos dificuldades. KOINONIA não tinha uma tradição de trabalhar com jovens urbanos, ainda que tivesse apoiado a formação do Oba Byan, uma iniciativa de jovens de terreiros de Salvador. O trabalho educativo social mais amplo, com juventude, era desenvolvido com a juventude sertaneja do Submédio São Francisco, região setentrional da Bahia, em especial com jovens oriundos das famílias que foram afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, Itaparica. Uma outra iniciativa marcadamente de viés de luta pela superação da intolerância religiosa foi a formação da Rede Ecumênica de Juventude (Reju), que KOINONIA participou em conjunto com o Fe-Brasil.

Outro desafio foi aceitar a proposta de trabalhar com jovens de faixa etária entre 13-19 anos. Especialmente, entre 13-16 anos era uma faixa etária distante das experiências anteriores de KOINONIA, e, também, sem nenhuma marca especial no processo organizativo das juventudes com quem KOINONIA atuava desde antes. Identificar potenciais organizativos dessas juventudes era um desafio que incluía riscos, ademais do risco social que a maioria dos jovens de periferia com quem se atua já sofre.

Finalmente, era um tremendo desafio incluir o tema, absolutamente novo, da inclusão, do olhar para o jovem deficiente. Nunca antes na história de KOINONIA essa questão esteve presente. Como realizar ações educativas que sejam inclusivas? Quais desafios da justiça socioambiental afetam os jovens deficientes? Jovens deficientes podem ser articulados por organizações que lutam por direitos de juventude? Em

que a intolerância religiosa afeta jovens deficientes?

Durante esses anos que KOINONIA acolheu essa proposta de trabalhar com jovens urbanos, de periferia, que tem entre 13 e 19 anos, e estão nos terreiros em Salvador, nas zonas periféricas de Delmiro Gouveia (Alagoas) e Paulo Afonso (Bahia), houve algumas conquistas que precisam ser relatadas. Estivemos, nos meses de setembro e outubro em meio a um processo de avaliação dessas ações. As ações que estamos realizando foi uma resposta dos jovens noruegueses, que se organizaram e disseram: vamos apoiar a luta de jovens brasileiros em favor da promoção da justiça socioambiental no Brasil.

Dirigindo nossa atenção para os jovens de Salvador, neste momento, temos que considerar os passos que demos. Primeiro passo, em alguns terreiros motivamos as comunidades dos terreiros a discutirem em seus espaços os direitos das juventudes, em especial, o direito da juventude se articular desde o início de sua adolescência – ou pré-adolescência, como o caso da Lizandra, no Terreiro São Roque, de Mãe Juciara. Não foi fácil, mas existe uma rede em formação de jovens que se conheceram a partir do *Curso de formação de agentes culturais*, que inclui jovens do São Roque e da Casa Branca, sobretudo, aberto aos demais jovens de outros terreiros. Segundo passo, a construção de uma campanha, ainda em processo, em favor dos direitos de jovens de terreiro, a *campanha ago*. Está em estágio nascente, já presente nas redes sociais, no Facebook, necessitando de melhor forma de alimentação. Terceiro passo, o avanço com jovens capoeiristas, do Grupo de Capoeira Arte Brasil, vinculado ao terreiro Viva Deus Bisneto, de Mãe Marta, em Itapoã. Este grupo

desenvolve a arte de fabricação de instrumentos de percussão da capoeira, e estão criando apresentações culturais entre jovens. Quarto e quinto passos, o seminário do ano passado sobre direitos das juventudes de terreiro e o Pade Ewe, que recentemente ocorreu, reunindo jovens de terreiros, jovens que vieram do sertão (Delmiro e Paulo Afonso) e jovens da Rede Ecumênica de Juventude. A temática da superação da intolerância religiosa tem se afirmado como uma contribuição específica que KOINONIA oferece como um diferencial na luta em favor da justiça socioambiental.

A impressão que o processo avaliativo deixa, até mesmo com a afirmação de todos os outros projetos apoiados por OD desejando, no próximo ano (2014), vir a Salvador para curtir conosco o papel da luta pela superação da intolerância religiosa como um mecanismo de superação do racismo ambiental, de promoção da justiça socioambiental, mostra que estamos trilhando um bom caminho. Bons caminhos não deixam de ter pedras de tropeço. Tivemos muitas, teremos algumas. E estamos seguindo, passo a passo, rumo ao fortalecimento da organização e articulação dos jovens de terreiro de Salvador, bem como dos grupos de jovens em Delmiro Gouveia e dos grupos de jovens, ligados à Repensar, em Salvador. Este ano, ainda, entre os dias 13 e 15 de dezembro, teremos em Paulo Afonso um *Encontro* dos jovens do projeto. Será mais um momento de fortalecimento de nossa caminhada. Esperamos que os terreiros de Salvador, vinculados a KOINONIA, se sintam animados a participar desta jornada.

Assessor de KOINONIA

TODO DIA DEVERIA SER 21 DE JANEIRO

Umbandistas querem que formatura tenha tradicional ritual do “Gira”

Grupo Juventude dos Terreiros de Umbanda passará a exigir o cumprimento da lei que impede a intolerância religiosa.

A Comunidade Umbandista do Piauí realizou no dia 14 de novembro no santuário de Oxum (deusa das águas doces), na avenida Maranhão, um evento em comemoração ao Dia Nacional da Umbanda, que é comemorado no dia 15. Durante o encontro, o babalorixá Italo Ransley comentou que os umbandistas, a partir de agora, exigirão que faculdades de Teresina realizem a Gira da Umbanda em cerimônias de formatura. Segundo a mãe Eufrasina de Iansã, coordenadora da Rede de Religiões Afro Brasileira e Saúde do Piauí, o evento de hoje é uma prévia. “Essa data é uma grande vitória para a nossa comunidade. A presidente Dilma oficializou a data há dois anos. Isso dá o direito constitucional à liberdade de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos”, comentou. Ainda de acordo com a mãe de santo, essa é uma oportunidade de mostrar para a sociedade o trabalho social entre os jovens realizado pelo grupo.

FONTE: Cidadeverde.com em 14/11/2013

Terreiros do Engenho Velho marcham contra a violência e a intolerância religiosa e pedem paz

Pelo nono ano consecutivo cerca de 30 comunidades religiosas de matrizes africanas, sediadas no Engenho Velho da Federação, vão realizar a marcha pelo fim da violência e

da intolerância religiosa e pedirem paz. A caminhada será na próxima sexta-feira, dia 15 de novembro. O ponto de encontro para a saída da caminhada é o fim de linha do bairro, onde fica o busto em homenagem a Doné Ruinhó, uma das sacerdotisas que lideraram o Terreiro Bogum, situado no bairro.

O Engenho Velho da Federação tem como marca característica a valorização de sua identidade negra. O bairro reúne terreiros das mais variadas tradições das religiões afro-brasileiras, como candomblé, umbanda e culto aos caboclos. Além disso, no bairro estão sediados grupos de samba junino, capoeira e outras manifestações que formam a herança de vários povos de origem africana. A caminhada começou em 2004 como repúdio a ataques promovidos contra os terreiros por grupos representantes de confissões evangélicas. A partir da mobilização das comunidades religiosas de matrizes africanas os registros de desrespeito praticamente desapareceram, mas suas lideranças decidiram manter a luta como lição e alerta para que atos desrespeitosos não voltem a acontecer.

Além de lideranças das religiões afro-brasileiras, a caminhada reúne representantes de organizações da sociedade civil e do poder público que atuam no combate às desigualdades sociais e simpatizantes da causa.

FONTE: A Tarde em 14/11/2013

MPF realiza audiência pública para debater liberdade religiosa

O Ministério Público Federal

(MPF) no Rio de Janeiro realiza no dia 6 de dezembro a audiência pública “Liberdade religiosa: o papel e os limites do Estado e dos meios de comunicação”. O objetivo do evento é debater a função do poder público e dos meios de comunicação para garantia da liberdade de consciência e pensamento e da inviolabilidade de crença religiosa.

A audiência visa também discutir a atuação do Estado e da sociedade em face de eventuais manifestações de intolerância religiosa, além de ouvir a população e os meios de comunicação para colher informações úteis para prosseguimento de inquéritos e procedimentos do MPF.

O evento será realizado das 9h às 15h, no auditório da sede da Procuradoria da República no estado do Rio de Janeiro (Av. Nilo Peçanha, nº 31, 6º andar, Centro).

FONTE: Jornal do Brasil em 11/11/2013

‘Ensino religioso aumenta intolerância nas escolas públicas’, afirma pesquisadora

Por Eduardo Sá.

Encantada com o aprendizado e as crianças nos terreiros, a autora de ‘Educação nos terreiros – e como a escola se relaciona com as crianças do candomblé’, publicado pela Pallas em 2012, Stela Guedes Caputo pesquisou a fundo a relação da religião afro-brasileira com a educação pública no Rio de Janeiro.

Defensora da extinção do ensino religioso obrigatório, ela evidencia em suas pesquisas como essas crianças sofrem com a discriminação nos colégios. Segundo ela, o cenário

tende a piorar, com o conservadorismo se enraizando cada vez mais no conteúdo das disciplinas e a pauta do Vaticano sendo incorporada.

Na entrevista ela revela como são estabelecidos os critérios da formação dos professores, os conteúdos dos materiais didáticos, as verbas destinadas para esse objetivo e suas perspectivas, além de denunciar como o modelo idealizado pelo governo está desconectado à prática nas salas de aula. Propõe, ainda, uma PEC para retirar a obrigatoriedade do ensino religioso da Constituição.

Veja a notícia na íntegra em: <http://intoleranciareligiosadossie.blogspot.com.br/2013/11/ensino-religioso-aumenta-intolerancia.html>

FONTE: Geledés em 29/10/2013

Ciências da Religião: Seminário Nacional Contra a Intolerância Religiosa no Brasil

O Programa de Pós-graduação das Ciências da Religião realizou, em maio o “I Seminário Nacional Multidisciplinar de Diálogo Inter-religioso Contra a Intolerância Religiosa no Brasil.” O evento, que ocorrerá no Centro Cultural da UFMG, é resultado de uma parceria com o Grupo de Pesquisa de Formação de Professores e Relações Étnico-raciais da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e os Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O seminário se propôs a refletir sobre as estratégias de valorização da diversidade religiosa e de combate à intolerância religiosa no Brasil, a fim de produzir subsídios críticos e didáticos para o currículo escolar brasileiro.

FONTE: Portal PUC Minas

RS: governador sanciona lei que isenta ICMS de templos religiosos

Contas de energia elétrica e telefone de templos religiosos terão isenção de ICMS no Rio Grande do Sul

O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), sancionou nesta quarta-feira uma lei que isenta de ICMS todas as contas de telefone e energia elétrica de templos religiosos no Rio Grande do Sul. A lei vale para qualquer culto. A medida havia sido aprovada na Assembleia Legislativa do Estado em março deste ano, por meio do projeto de lei 34/2003, por 42 votos a favor e nenhum contra. A autoria do projeto foi do deputado Carlos Gomes (PRB), que é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. Conforme Tarso Genro, o governo quer dar maior eficácia à liberdade religiosa no estado.

FONTE: Portal Terra em 10/04/2013

Seminário em Brasília discute liberdade religiosa e Estado laico

Atividade foi realizada em 24 de setembro e promoveu o debate sobre manifestações religiosas e atuação do MP na garantia do direito constitucional. No dia 24 de setembro, a capital federal recebeu o Seminário “Liberdade religiosa e Estado laico”, atividade para debater o respeito às mais diversas formas de manifestação religiosa sem qualquer discriminação ou repressão injusta por parte do Estado. O evento foi promovido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e pelo Núcleo de Combate à Discriminação do MPDF/DF, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), o seminário reuniu representantes de diversos setores da

sociedade e de instituições que atuam na defesa da liberdade religiosa. Além de discutir o respeito às manifestações religiosas, a programação teve como foco instrumentalizar o Ministério Público quanto a possíveis formas de atuação para a garantia da liberdade religiosa prevista na Constituição brasileira. Os temas dos debates foram: liberdade religiosa nos meios de comunicação e internet; ensino religioso e o Estado laico; e intolerância religiosa e liberdade de manifestação.

FONTE: Ascom ESMPU

Diversidade religiosa no curso Agentes de Promoção da Vida

Aconteceu em 21 de setembro o primeiro módulo do curso “Agentes de Promoção da Vida” em São Paulo. O local escolhido para realizar a formação foi o Centro Franciscano de Luta contra Aids (Cefran), localizado na Zona Leste da capital.

Como continuação do seminário “Fortalecendo laços entre Jovens, Religião e Sexualidade”, o objetivo do curso é oferecer conteúdo sobre direitos humanos e prevenção em HIV Aids aos jovens de diferentes tradições de fé. Para os organizadores, certas comunidades possuem dificuldades em trabalhar estes temas.

O dia 21 de setembro contou com a participação do sociólogo e doutor em Saúde Pública Ideraldo Beltrame. O sociólogo apresentou uma palestra sobre sexualidade e novos modelos de família. Uma característica marcante neste primeiro dia de oficina foi a diversidade religiosa presente: Católicos, protestantes, espíritas, candomblecistas e umbandistas participaram do mesmo aprendizado.

“Agentes de Promoção da Vida”

foi realizado por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e Programa Estadual em DST Aids do Estado de SP-Centro de Referência e Treinamento em DST Aids do Estado de São Paulo, com o apoio de Programa Municipal em DST Aids – Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, Rede Ecumênica da Juventude (Reju), Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) e Projeto Esperança de São Miguel Paulista (Projesp).

FONTE: KOINONIA em 29/09/2013

Ditadura, Fé e Memória no Brasil

O ciclo de reflexões Ditadura, Fé e Memória no Brasil, em sua segunda edição, traz para o debate público as perspectivas do Candomblé e do Judaísmo. Com o objetivo de colocar em análise a atuação de grupos e instituições religiosas na resistência e na repressão durante a ditadura civil-militar, o encontro contará com testemunhos e análises de Abigail Páscoa, mãe de santo do candomblé e militante do Movimento Negro no Rio de Janeiro, e do cineasta Silvio Tendler, associado à fé judaica e comprometido com as lutas pela democracia. Os comentários às palestras foram da antropóloga Regina Novaes. Com a realização do ISER e o apoio do Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, o debate ocorrerá no dia 17 de setembro, 18:30h, no Salão Pablo e Ana. Rua do Russel, 76, 2º andar, ao lado da Estação Glória do metrô.

FONTE: Iser em 10/09/2013

Resende realiza pela primeira vez evento sobre diversidade religiosa

Programação do evento acontece na Câmara Municipal de Vereadores e no Espaço Z

A 1ª Mostra de Diversidade Religiosa de Resende, RJ, começa nesta quarta-feira (23) com um debate com um integrante da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR). Ivanir dos Santos discutirá sobre “Religiosidade e Sociedade”, tema desta edição do evento.

A programação da mostra é gratuita e aberta ao público. No local haverá exposições de imagens, livros e panfletos sobre religiões, além de palestras sobre doutrinas e crenças religiosas.

FONTE: Portal G1 em 24/10/2013

Pastores, padres e religiões tem projeto aprovado na CDHM que protege valores, doutrina e liturgias

A CDHM da Câmara presidida pelo pastor/Deputado Marco Feliciano nesta quarta (16) aprovou um projeto de lei que protege os pastores, padres e templos religiosos de não serem enquadrados em crime de discriminação se recusarem a conduzir algum tipo de rito religioso que esteja em desacordo a sua fé e prática.

O projeto apresentado e comentado pelo pastor Marco Feliciano no seu Twitter não tem o objetivo de impedir ninguém de ir ao culto ou a missa, mas sim evitar que pastores, padres ou religiosos sejam criminalizados por se recusarem a prestar algum tipo de rito religioso que não esteja de acordo com a fé, doutrina ou regra religiosa do representante da instituição religiosas ou da religião requerida. O projeto aprovado também concede aos religiosos e a religião o direito de vetarem a presença de pessoas que violarem seus valores, doutrinas, crenças e liturgias sem que sejam enquadrados criminalmente por isso, pois todos têm o

direito de ir e vir, independente de sexo, cor ou fé. Todavia o respeito aos cultos, templos e homilias tem que ser observados (MF).

Autor do projeto, o deputado Washington Reis (PMDB-RJ) propõe alterar uma lei de 1989 que define como crime praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Essa norma estabelece prisão de um a três anos para tais situações.

O texto, que foi aprovado pela comissão formada majoritariamente por evangélicos, segue para votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

FONTE: Inforgospel em 16/10/2013

Combate a perseguição religiosa nos EUA

A perseguição religiosa em países da área do planeta que corresponde a Ásia Central e o Oriente Médio está num momento crítico, o qual segundo especialista, principalmente nas regiões onde predomina os muçulmanos o cenário de terror é grande e pode levar a erradicação dos cristãos nesta região.

A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou por maioria esmagadora de 400 votos contra 22, uma medida para criar a figura de um enviado especial para a Ásia Central e o Oriente Médio, para acompanhar e defender a liberdade religiosa das minorias nesta parte do planeta.

O enviado especial tem a missão de desenvolver opções políticas para garantir uma proteção adequada às comunidades religiosas minoritárias.

FONTE: CPDA em 06/10/2013

Religiosos fazem passeata contra intolerância

Centenas de religiosos da doutrina espírita umbandista, candomblé e outras crenças afro-descendentes, se reuniram, no Largo do Paissandu, em São Paulo, próximo à Igreja dos Homens Pretos. O objetivo do encontro foi protestar contra a intolerância religiosa. Os grupos religiosos seguiram em passeata.

FONTE: Band em 05/10/2013

Entrevista com Marga Ströher sobre o Comitê de Diversidade Religiosa

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR divulgou, recentemente, edital para seleção de representantes da sociedade civil para compor o Comitê Nacional de Diversidade Religiosa. Sobre o assunto, o Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil) falou com a assessora da Política de Diversidade Religiosa da SDH, Marga Janete Ströher.

Confira parte da entrevista:
1) Qual será a função do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa?

O Comitê terá como finalidade principal promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas, disseminando uma cultura da paz, da justiça e do respeito às diferentes crenças e convicções e auxiliar na elaboração de políticas de afirmação do direito à liberdade religiosa na perspectiva dos direitos humanos.

2) De que modo ele contribuirá para a promoção dessa diversidade?

O Comitê terá como um de seus principais objetivos auxiliar a elaboração de políticas de afirmação do direito à liberdade religiosa, do respeito à diversidade religiosa e da opção de não ter religião de forma a viabilizar a implementação das ações programáticas previstas no (Programa Nacional de Direitos Humanos) PNDH-3 a fim de garantir a liberdade de crença, coibir a intolerância religiosa e garantir a laicidade do Estado, desenvolvendo uma cultura do respeito mútuo e da compreensão recíproca em relação às diferenças.

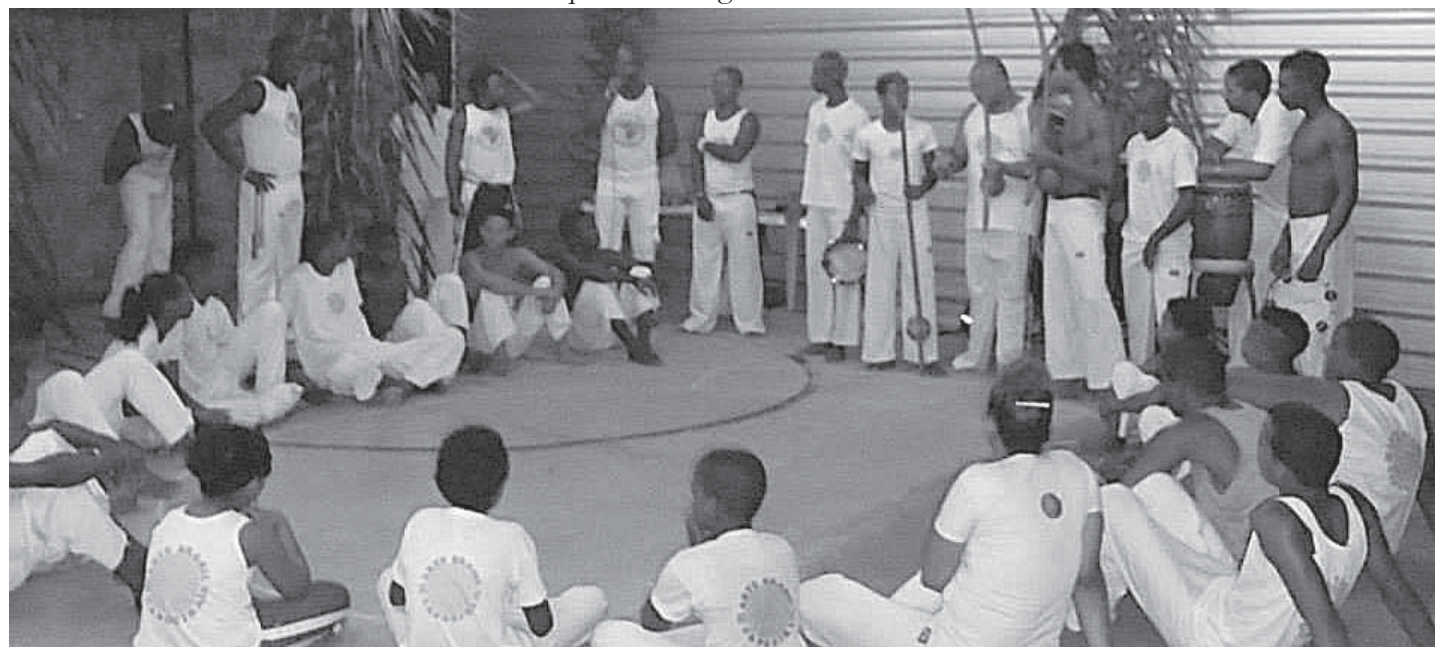
3) Como será o processo de escolha dos representantes da sociedade civil que irão integrar o Comitê?

Através de Edital de Seleção que normatiza a escolha de pessoas que livremente se candidatam com a apresentação de documentos e com uma declaração de entidade que possa atestar sua atuação e compromisso com a diversidade religiosa e os direitos humanos. Após o prazo de encerramento das inscrições (30/09), a Comissão de Seleção coordenará as diversas etapas do processo seletivo, conforme descrito no Edital. Ao finalizar a seleção, a lista dos nomes será encaminhada para a homologação da Ministra para posterior publicação oficial.

4) Em linhas gerais, quais suas expectativas com a criação deste Comitê?

Espero que o Comitê tenha uma composição bastante diversificada e que seus membros possam estar engajados nos objetivos definidos em sua portaria de instituição e na colaboração proativa para a implementação de políticas de enfrentamento à intolerância religiosa, o respeito às diferenças e a garantia de liberdade e igualdade entre todas as pessoas.

FONTE: Conic em 28/09/2013



Capoeira Arte Brasil -Itapuã nov. 2013

DENÚNCIA DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA CRESCE MAIS DE 600% EM 2012

Brasília – A quantidade de denúncias de intolerância religiosa recebidas pelo Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República cresceu mais de sete vezes em 2012, quando comparada com a estatística de 2011. Embora signifique um aumento de 626%, a própria secretaria destaca que o salto de 15 para 109 casos registrados no período não representa a real dimensão do problema.

O resultado foi divulgado a pedido da Agência Brasil, devido ao Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

Os dados do Disque 100 para a intolerância religiosa podem estar subestimados, de um lado, porque o serviço telefônico gratuito da secretaria não possui um módulo específico para receber esse tipo de queixa, de forma que nem todos os casos chegam ao conhecimento do Poder Público.

Além disso, a maior parte das denúncias é apresentada às polícias ou órgãos estaduais de proteção dos direitos humanos e não há nenhuma instituição responsável por contabilizar os dados nacionais.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) também não possui dados específicos sobre violações ao direito de livre crença religiosa, mas seu ouvidor, Carlos Alberto de Souza e Silva Junior, compartilha da impressão de que o problema tem crescido nos últimos anos.

Segundo o ouvidor, o número de denúncias de atos violentos contra povos tradicionais – módulo que envolve todo o tipo de violação aos direitos de comunidades ciganas, quilombolas, indígenas e os professantes das religiões e cultos de matriz africana relatadas à Seppir – também cresceu entre 2011 e 2012.

“Apesar dos avanços das políticas sociais e raciais, é perceptível uma reação intolerante, preconceituosa, discriminatória e racista e eu já percebo um certo recrudescimento de alguns direitos”, declarou o ouvidor da Seppir à Agência Brasil, citando, como exemplo, o aumento do número de denúncias envolvendo crimes raciais na internet.

Segundo a associação Safer Net, em 2012, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (CND) recebeu 494 denúncias de intolerância religiosa praticadas em perfis hospedados no Facebook.

“Não consigo avaliar o porquê de tanta intolerância, mas um dos indicativos que ainda precisamos verificar com cautela [é a atuação de] algumas igrejas neopentecostais, que vem pregando o ódio, inclusive na internet. Há ao menos um caso denunciado à ouvidoria de uma igreja cujo líder espiritual vem revelando esse ódio contra as religiões de matriz africana, associando-as à coisas do diabo. Sabemos que esse tipo de pregação, feita por um líder religioso, afeta [influencia] a muitos de seus seguidores”, acrescenta o ouvidor.

O integrante da Seppir aponta também as práticas discriminatórias vindas até mesmo de agentes públicos, como o promotor de Justiça de Santa Catarina que, em 2011, proibiu uma casa de umbanda de Florianópolis de realizar cultos e executar animais durante as cerimônias sem a autorização do Estado.

“Isso é um absurdo já que não existe lei que obrigue a casa de umbanda a pedir essa autorização. E a Constituição estabelece que não se pode embarçar o culto religioso”, disse o ouvidor.

Carlos Alberto Júnior também expressa preocupação quanto aos projetos de lei que tentam criminalizar o abate de animais em sacrifícios religiosos – algo que muitos especialistas consideram inconstitucional, já que a Constituição Federal estabelece que a liberdade de crença é inviolável, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos.

Além disso, o texto constitucional determina que os locais de culto e suas liturgias sejam protegidos por lei. Já a Lei 9.459, de 1997, considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões. “Eu vejo tudo isso como um fenômeno umbilicalmente ligado ao racismo, algo que não pode ser desassociado da questão do preconceito racial. Tanto que, na Seppir, não recebemos nenhuma denúncia dando conta de que outras religiões, além daquelas de matriz africana, sejam alvo de discriminação”, concluiu Júnior.

FONTE: Agência Brasil em 24/09/2013

KOINONIA comunica

Acesse o **Dossiê Intolerância Religiosa** e leia notícias dos mais diversos veículos sobre o tema: intoleranciareligiosadossie.blogspot.com.br/

Leia as edições anteriores do **Informativo Fala Egbé** no site de KOINONIA: www.koinonia.org.br



A VIOLÊNCIA CONTRA O NEGRO

* Tár cito Fernando

“Por uma série de circunstâncias felizes fizemos em uma semana uma lei que em outros países levaria anos. Fizemos sem demora e sem uma gota de sangue. (...)”

O Paiz, 14 de maio de 1888

O trecho acima descrito é apenas uma pequena parte da notícia publicada no dia 14 de maio de 1888 em um dos maiores jornais da capital da província. O que chama atenção é a negação da luta por parte dos negros e negras que por anos lutaram pela liberdade de seus irmãos, com a capoeira, ao som dos atabaques e dos berimbaus, nos terreiros, nos quilombos entoando os cânticos de liberdade.

Em nosso país o Direito a Vida ainda é a maior luta do nosso povo. Mulheres, crianças, negros, índios, pessoas com necessidades especiais, jovens, idosos ainda não possuem o direito a vida, com deveria ser um direito garantido pelo Estado. Isso fica nítido nas Políticas de segurança pública, educação e saúde dos governos em toda história do Brasil. Ainda hoje, discutimos as cotas para o ensino Superior, cotas para o serviço público e uma boa parte dessa nação considera um retrocesso as políticas afirmativas. As mulheres ainda são violentadas, humilhadas, espancadas todos os dias e achamos um absurdo a execução de políticas específicas para elas. As crianças e os jovens ainda são o futuro da nação e o presente delas entregamos nas mãos punitivas do Estado, os índios ainda são estrangeiros em sua própria terra, os portadores de necessidades especiais são rejeitados pela sociedade, os negros ainda fazem parte de uma raça inferior e os Direitos Humanos ainda são vistos como negativos.

Muito sangue ainda é derramado em favor da liberdade dos afro-brasileiros como o mapa da violência 2013 revela, há o total descaso com a vida do negro no Brasil, principalmente

com a juventude. O direito a vida, previsto de forma genérica no art. 5º, abrange tanto o direito de não ser morto, privado da vida, portanto o direito de continuar vivo, como também o direito de ter uma vida digna, é ele o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito a existência e exercício de todos os demais direitos, mas infelizmente é desrespeito a cada hora em nosso país.

Pesquisa realizada em conjunto pela Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, pelo Fundo das Nações Unidas Para a Infância (Unicef), pelo Observatório de Favelas e pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro revela que, caso os índices de violência no país não se alterem nos próximos anos, mais de 36,5 mil jovens de 12 a 18 anos deverão perder a vida por homicídio, sendo 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

Em toda história de repressão do Estado brasileiro o negro sempre esteve no centro do alvo pronto para ser alvejado. Pode parecer sensacionalismo, mas o afro-brasileiro já nasceu com as suas salmouras ou mal de nascença, segundo Luiz Gama, que lhes identificam como réu para o Estado. Podemos verificar esse fato fazendo uma breve análise do aparato jurídico do escravismo.

Um exame exploratório do famoso livro V das ordenações Filipinas aponta as seguintes regras implícitas ou explicitamente à subjugação e ao controle dos africanos escravizados: Equiparava-se o escravo a animais e coisas (Tit.XLII); punia a vadiagem (Tit LXVIII). Em 5 de novembro de 1821, a província do Rio de Janeiro decidiu com relação proibição da Capoeira. Em 15 de outubro de 1827 os juizes de pais foram autorizados a destruírem os

quilombos e se certificassem que eles não se reerguessem. Hoje se discute a redução da maioridade penal, mas o jovem negro sempre foi o alvo principal da repressão do Estado, o código criminal do Império de 1830 fixava a responsabilidade penal em 14 anos, criminalizava a insurreição, estabelecia a pena de açoites e uso compulsório de ferros para escravos, criminalizou a mendicância. Já o código penal da Republica de 1890 foi ainda mais severo com as crianças e os adolescentes reduzindo a maioridade penal para os nove anos, além de punir o crime de capoeiragem, curandeirismos, espiritismo entre outros.

Na cidade de Salvador na Bahia o nome do Instituto Médico Legal é uma homenagem ao médico Raymundo Nina Rodrigues, que sem duvidas foi um dos maiores escravocratas da história desse país. Defensor da teoria da superioridade branca, o mesmo afirmava que os negros por serem de uma raça inferior teriam desenvolvimento precoce para o crime, de modo a justificar o encarceramento de crianças de nove anos de idade. Esta teoria está ressurgindo de forma velada nos novos projetos de lei e com apoio da grande mídia elitista.

Por fim, merece destaque o completo desrespeito ao princípio da presunção de inocência que é uma das mais importantes garantias constitucionais, pois, através dela, o acusado deixa de ser um mero objeto do processo, passando a ser sujeito de direitos dentro da relação processual. Infelizmente, na maioria dos casos envolvendo o afro-brasileiro não visualizamos a aplicação desse direito. O que vemos é que os negros que ainda não morreram nas mãos do Estado, estão nas celas dos presídios lotados.

* Advogado e Colaborador de KOINONIA

Este informativo é produzido pelo Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Dirigido às comunidades negras urbanas de Candomblé e às redes de solidariedade civil e ecumênica.

EDITORIA:

Ana Gualberto e Rafael Soares de Oliveira

REDAÇÃO DE ATIVIDADES:

Equipes KOINONIA

DIRETOR EXECUTIVO DE KOINONIA:

Rafael Soares de Oliveira

REVISÃO:

Manoela Vianna

PROJETO GRÁFICO:

Martha Braga

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

Welder Marques dos Santos

IMPRESSÃO:

Fast Design

FOTOS:

Eduardo Machado

Natasha Arsênio

**KOINONIA**

Presença Ecumênica e Serviço

actaliança

Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel (21) 3042-6445
Fax (21) 3042-6398
koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

**PROGRAMA EGBÉ TN**

Rua Capelinha do Tororó,
Edif. 1.º andar, Tororó.
CEP. 40.050-120, Salvador-Bahia.
Tel.: (71) 3266-3480
projetoegbesalvador@koinonia.org.br

E-mail: falaegbe@koinonia.org.br

ISSN: 1981-7568

PARCEIROS

United Church of Canada (UCC)



CHURCH WORLD SERVICE



NORWEGIAN CHURCH AID



unicef

unite for children

COMUNIDADES ATENDIDAS**COMUNIDADES DE TERREIROS**

RA I Centro: Ilê Erinlé Axé Odé Ifeolá; **RA Itapagipe:** Ilê Axé Airá Omim, Ilê Axé Odé Lomin Infan, Ilê Axé Ogum Ladê Iyá Omim, Ilê Axé Omin Leuá, Ilê Iyá Osshum, Terreiro de Oxum do Caminho de Areia; **RA III São Cactano:** Ilê Axé Idanjeuê, Ilê Axé Obá Inan, Ilê Axé Opó Ibu Alama, Terreiro Ogun Tundê; **RA IV Liberdade:** Ilê Axé Omin Amboke, Ilê Axé Ewá Omin Nirê, Ilê Axé Iroko Sun, Terreiro Ajagunan, Terreiro do Vodunzô, Terreiro Kanzo Mucambo, Terreiro de Oxalá; **RA V Brotas:** Axé Abassá de Amaze, Centro do Caboclo Boiadeiro, Centro do Caboclo Oxossi Talami, Centro Matamba de Onato, Ilê Axé Ewé, Ilê Axé Jifulú, Ilê Axé Jualê, Ilê Axé Oluwayê Dey'I, Ilê Axé Oyá Tunjá, Ilê Axé Omin Afonjá Rode, Nzó Mdemboa – Kenã, Ilê Axé Omin Ode Azoani, Terreiro Oxossi Caçador, Terreiro Unzô Awziidi Junçara, Tuumba Junçara, Tuumbalagi Junçara, Unzô Dandamutalê, Unzo Katende Dandalunda, **RA VII Rio Vermelho:** Ilê Axé Achê Ibá Ogum, Ilê Axé Alarabedê, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, Ilê Axé Obá Nirê, Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá, Ilê Axé Omin Deuá, Ilê Axé Onirê Ojuirê, Ilê Axé Oyó Bomim, Ilê Axé Obá Tony, Ilê Obá do Cobre, Ilê Oxumaré, Ilê Axé Oyá Omin Denan, Tanuri Junsara, Ilê Axé Centro de Angola Mensageiro da Luz, Terreiro do Bogum, Terreiro Ogum de Cariri – Kilombo **RA IX Boca do Rio:** Ilê Axé Araka Togum, Ilê Logum Edê Alakaí Koissan, Terreiro Onipó Neto, **RA X Itapuã:** Axé Abassá de Ogum, Axé Tony Sholayó, Ilê Axé Osun Yinká, Ilê Axé Ominader, Ilê Axé Yeye Jimum, Terreiro Aloia, Terreiro Caboclo Itapuã, Terreiro Oxossi Mutalamô, Terreiro de Oxum da Lagoa do Abaeté, Viva Deus Neto, Terreiro Viva Deus Bisneto, Ilê Axé Ibá Aqueran, Terreiro Gurebetã Gome Sogboadã, Terreiro Monaleuci Um'Gunzo de Un'zambi, **RA XI Cabula:** Ilê Axé Opó Afonjá, Ilê Axé Tunadeni, Terreiro Sultão das Matas, Unzô Bakisê Sasaganzuá Gongara Caiango, Unzô Ngunzo Kwa Kayango, Viva Deus Filho, Ylê Yá Yalodeidê, **RA XII Tancredo Neves:** Ilê Axé Gezubum, Ilê Axé Jagun Bomin, Ilê Axé Lofan Demim, Ilê Axé Obá Fangy, Ilê Axé Olufan Anancidê Omin, Ilê Axé Omin Alaxé, Ilê Axé Omin Togun, Ilê Axé Oyá Omin Olorum, Ilê Axé Pondamim Bominfá, Terreiro de Boiadeiro, Terreiro do Bate-Folha, Terreiro Olufonjá, Terreiro São Roque, Terreiro Sete Flechas, Terreiro Tumbenci, **RA XIII Pau da Lima:** Funzô Temim, Ilê Omu Keta Posu Beta, **RA XIV Cajazeiras:** Ilê Axé Layê Lubo, Ilê Axé Omim J'Obá, Ilê Axé Omin Lonan, Ilê Axé Omin Nita, Ilê Axé Onijá, Terreiro Junçara Kondirê, Unzô de Kaiango, Manso Bandun Kuekue de Inkinansaba Filho, Manso Dandalungua Cocuazenza, Manso Dandoqüenque Dunkinisaba Filho, Moitumba Junçara, Nzo Sassa Ganzuá Mono Guiamaze, Terreiro Vintém de Prata, Ilê Axé Ogum Omimkayê, **RA XVI Valéria:** Ilê Axé de Ogunjá, Ilê Axé Omim Funkó, Ilê Axé Olo Omin, Ilê Jêje Dahomé Imburací, **RA XVII Subúrbios Ferroviários:** Onzô de Angorô, Grupo das Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé, Ilê Axé Oyá Deji, Ilê Axé Oba Furikan, Ilê Axé Acorô Genã, Ilê Geleuá, Ilê Axé Loyia, Ilê Axé Ogum Alakaiyê, Ilê Axé Anandeuíy, Ilê Axé Flor da Mirtália, Ilê Axé Gitolobi, Ilê Axé Jagun, Ilê Axé Jfokan, Ilê Axé Kalé Bokum, Ilê Axé Obá Omo, Ilê Axé Odé Tolá, Ilê Axé Omi Euá, Ilê Axé Omin Loyá, Ilê Axé Unzô Mona de Amean, Ilê Olorum Axé Giocan, Luandan Jucia, Terreiro Caboclo Catimboá, Terreiro Gidenirê, Terreiro Mucundeuá, Terreiro de Nana, Ilê Axé Arin Massun, Ilê Axé Giroqueme, **RA XVIII Ilhas:** Ilê Axé Airá, **Região Metropolitana de Salvador:** Ilê Ala Axé, Ilê Axé Burukam Ajunsun, Ilê Axé Maa Axé Ni Odé, Ilê Axé Gum Tacum Wseré, Ilê Axé Jesidea, Ilê Axé Oba Nã, Ilê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Lessy, Ilê Axé Ondô Nirê, Ilê Axé Opó Olú-Odé Alayedaá, Ilê Axé Oyá, Ilê Axé Odé Obá Lodê, Ilê Axé Odé G'mim, Ilê Axé Taoyá Loni, Ilê Axé Dan Seji Olá, Ilê Axé Bokum, Ilê Axé Igbonan, Sindirátukuá Filha, Terreiro Angurusena Bya Nzambi, Terreiro de Jauá, Terreiro Filhos de Ogunjá, Terreiro Kawizidi Junçara, Terreiro São Bento, Tuumbaengongosara, Unzô Tateto Lemba, Ilê Axé Alafumbi, Ilê Axé Awon Funfun, / Ilê Axé Ojunilê Chapanã, Ilê Axé Ogum Mejê, Ilê Axé Julusum Oju Omim, Ilê Axé Ode Oman, Centro Umbandista Paz e Justiça, Terreiro Vence Tudo, Terreiro Nzo Tata Nsuuumbu, Ilê Axé Ejiegg Faleji, Unzô Kunã Lembe N'kossi, Terreiro de Guiaiba, Ilê Axé Ogum Dey, Ilê Axé Oba Inallê Axé Ofá Omin, Ilê Axé Omim Anibé Nirê, Terreiro Águas de Efan **Itabuna:** Ilê Axé Obé Fará Ogum Lonan, Centro de Candomblé Santa Bárbara, Ilê Axé Ijobá Oxumaré-Yewá, **Araci:** Ilê Axé Jitolobi, **Cachoeira:** Ilê Axé Kayó Alaketu, **São Francisco do Conde:** Ilê Axé Osum Made; **Muritiba:** Ilê Axé Obá Nijó Omim, **Rio de Contas:** Terreiro Afoxé dos Orixás, **Ilhéus:** Terreiro de Ilhéus, Terreiro Matamba Tombeçy, **Mata de São João:** Terreiro de Praia do Forte, **São Sebastião:** Terreiro de São Sebastião.

COMUNIDADES NEGRAS RURAIS (BAIXO SUL DA BAHIA)

Camamu: Abóboras, Acaraí - Boa Vista, Bairro da Vitória, Barroso, Bolacha, Canela, Coqueiro, Dandara dos Palmares, Enseada, Garcia, Jatimana, Lameiro, Limoeiro, Machado, Maria Ribeira, Marimbondão, Matapera, Mato Grosso, Outeiro, Pedra Rasa, Pimenteira, Porto do Campo, Pratigi, Reboco, Ronco, Santo André, Tapuia, Unidos Venceremos, Varjão, Zumbi dos Palmares; **Cairu:** Galeão; **Igrapiúna:** Boa Esperança, Laranjeira; **Ituberá:** Brejo Grande/ Campo do Amâncio, Ingazeira, Lagoa Santa; **Marau:** Empata Viagem, Quitungo, São Raimundo, Terra Verde/Minério, Tremembé; **Nilo Peçanha:** Boitaraca, Jatimane; **Taperoá:** Graciosa, Lamego, Miguel Chico; **Valença:** Novo Horizonte (Pau que Ronca), Sape Grande, Sarapui; **Wenceslau Guimarães:** Nova Esperança.

PARCEIROS EM CAMPO: SASOP e STR-Camamu